

OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE NAS CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS: DURKHEIM E WEBER

César Antonio Serbena*

Sumário: 1 Durkheim e a objetividade da Sociologia. 2 Weber e a subjetividade da Ciência Social: o método compreensivo. 3 Aproximações e diferenças entre Durkheim e Weber.

Resumo: O nascimento das ciências sociais no século XIX foi marcado pela reflexão sobre a especificidade do método que essas ciências deveriam obedecer, ao mesmo tempo pela preocupação em indicar o significado autônomo das relações de causalidade entre os fatos sociais em relação aos fatos naturais. Durkheim pretendeu, ao escrever “As Regras do método sociológico” fundar a Sociologia como ciência, formulando-lhe um método propriamente sociológico, de modo que ela pudesse adquirir objetividade e independência em relação à filosofia e à discussão política sobre os temas sociais. As formulações metodológicas de Weber acerca das ciências sociais são esparsas em diversos artigos seus e partes de suas obras, mas não há como negar que também ele tenha elaborado um método original, o método compreensivo, que respondia às exigências mais gerais de seu pensamento, como a interpretação da burocracia e da história da racionalidade na cultura ocidental. Expomos o pensamento metodológico de Durkheim, após o de Weber, e concluímos com um balanço comparativo entre as concepções desses clássicos autores, fundamentais para o entendimento da metodologia das ciências jurídicas e sociais.

Palavras-chave: Ciências jurídicas e sociais. Metodologia da ciência social. Método sociológico. Método compreensivo.

* Professor de filosofia do direito da graduação, mestrado e doutorado em Direito UFPR

1- Durkheim e a objetividade da Sociologia

A obra principal de Durkheim, na qual as suas preocupações metodológicas podem ser estudadas é obviamente *As regras do método sociológico*. O tema da causalidade é abordado principalmente no capítulo quinto, *Regras relativas à explicação dos fatos sociais*, e no sexto e último capítulo, *Regras relativas ao estabelecimento das provas*. O contexto geral desta obra, como é sabido, consiste na elaboração de um método próprio, autônomo e singular para a Sociologia, o método sociológico.

Durkheim expõe de maneira clara as suas divergências com as posições de Comte e Spencer. Uma primeira diferença é estabelecida na distinção entre causa e função: *quando nos lançamos na explicação de um fenômeno social, temos de investigar separadamente a causa eficiente que o produz e a função que ele desempenha* (*As regras do método sociológico*, 1983, p. 135). O próprio Durkheim ilustra sua explicação com exemplos (DURKHEIM, 1983, p. 133): a regra *is pater est quem justae nuptiae declarant* (pai é aquele que é apontado pelo casamento) permaneceu no código francês idêntica ao direito romano, mas neste tinha como objetivo salvaguardar os direitos de propriedade do pai em relação aos filhos da mulher legítima, e naquele tende a proteger os direitos das crianças. O juramento começou por ser uma espécie de prova judiciária para se tornar simplesmente uma forma solene e imponente de testemunho, e desde séculos os dogmas religiosos do cristianismo não mudaram, mas o papel que desempenham nas sociedades modernas já não é o mesmo que desempenhavam na Idade Média.

A primeira conclusão que podemos formular na ótica de Durkheim é que a causalidade que produz um fato social não é suficiente para a explicação sociológica, pois o fato adquire um significado não causal, mais propriamente funcional, cuja característica principal é ser compreendido sempre dentro de um contexto, de um sistema, como é a própria sociedade. A analogia da noção de sistema é tirada da biologia:

[...] com efeito, na célula viva só existem moléculas de matéria bruta; simplesmente, estão associadas e é esta associação que é a causa dos fenômenos novos que caracterizam a vida e cujo germe é impossível encontrar em qualquer um dos elementos associados. Um todo não é idêntico à soma das partes que o constituem; é algo de diferente cujas propriedades diferem das que revelam as partes de que é composto. [...] Em virtude deste princípio, a sociedade não é uma simples soma de indivíduos, pois o sistema formado pela associação destes representa uma realidade específica que tem as suas características próprias. Sem dúvida que nada se pode produzir de coletivo sem que se manifestem

consciências particulares; mas esta condição necessária não é suficiente. É necessário ainda que as consciências se associem, de uma certa maneira; é desta combinação que resulta a vida social e, por conseguinte, é esta combinação que a explica. (DURKHEIM, 1983, p. 139).

Outro princípio fundamental do método sociológico de Durkheim é enunciado na seguinte regra: *A causa determinante de um fato social deve ser procurada nos fatos sociais antecedentes e não nos estados de consciência individual* (Durkheim, 1983, p. 142). Durkheim nega que o fato social seja causado por um elemento originado na consciência individual, como uma causa psíquica. A natureza sociológica do fato social consiste em sua própria autonomia, na medida em que um fato social (consequente) somente pode ser causado por outro fato social antecedente. Esta visão implica em abandonar as concepções filosóficas de Hobbes e Rousseau, para os quais, segundo Durkheim, a sociedade, fundada no pacto social, é uma obra da vontade dos indivíduos, onde os fins sociais são o ponto de encontro dos fins individuais. O princípio acima é completado pela seguinte proposição do método de Durkheim: *a um mesmo efeito corresponde sempre uma mesma causa*. Se o suicídio depende de mais de uma causa é porque existem várias espécies de suicídios.

Durkheim elege, no sexto e último capítulo de *As regras do método sociológico*, dentre os quatro métodos de J. S. Mill, a saber, o da concordância, o da diferença, o dos resíduos e do das variações concomitantes, este último como mais apropriado para a explicação sociológica:

para que este [o método das variações concomitantes] seja demonstrativo, não é necessário que todas as variações diferentes daquelas que se comparam tenham sido rigorosamente eliminadas. O simples paralelismo dos valores por que passam dois fenômenos, desde que tenha sido efetuado num número de casos suficientemente variados, é a prova de que existe uma relação entre eles. Isso deve-se ao fato de tal método não atingir a relação causal pelo exterior como os métodos precedentes, mas pelo interior. Não nos mostra apenas dois fatos que se acompanham ou se excluem exteriormente, sem nos referir qualquer vínculo interno; pelo contrário, mostra-nos como os dois fatos se relacionam entre si de uma maneira contínua. Por si só, esta relação basta para demonstrar que eles não são estranhos um ao outro. A maneira como um fenômeno se desenvolve exprime a sua natureza; para que os dois desenvolvimentos correspondam, é necessário que haja também uma correspondência nas naturezas que manifestam. A concomitância é portanto, por si só, uma lei, qualquer que seja o estado dos fenômenos que não entraram na comparação (DURKHEIM, 1983, p.152-53).

2 Max Weber e a subjetividade da Ciência Social: o método compreensivo

O marxismo foi resultado da elaboração de grandes sistemas ou escolas que atribuíam grande valor ao conhecimento histórico, como o pensamento de Dilthey ou o idealismo alemão de Hegel. Já a tradição da escola histórica alemã, representada por Ranke, influenciará o pensamento de Max Weber, que não deixou de ter, na continuidade dessa tradição, um saber erudito e enciclopédico, como é possível verificar em sua vasta obra os temas aos quais se dedicou, como a história da música, da economia, do urbanismo e das instituições jurídicas.

Nos próximos itens, descreveremos brevemente o método de Weber, e que influenciará muitos ramos das ciências sociais do século XX, como a teoria dos sistemas de Talcott Parsons. Quanto à escola marxista, e devido ao grande número de autores que tomaram o legado de Marx e o desenvolveram em diferentes escolas interpretativas de sua obra, estaria fora dos objetivos didáticos deste trabalho a discussão do marxismo no século XX.

A obra de Max Weber deu origem a uma grande corrente do pensamento social, distinta do marxismo e, em alguns momentos, oposta a ele. Uma das duas análises clássicas sobre o capitalismo, além de *O Capital* de Marx, é a de Weber intitulada *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Distintamente da influência de Hegel sobre a obra de Marx, verificamos no pensamento de Max Weber e em sua formulação metodológica das ciências sociais o pensamento de Kant. Como iremos notar, o kantismo está inscrito em diversos conceitos da teoria weberiana, como os de *causalidade adequada* e de *tipo social*.

Em *A objectividade do conhecimento nas ciências e na política sociais* (1979), Weber expõe claramente o sentido específico que a objetividade adquire nas ciências sociais, ou o que significa pensar uma ciência social enquanto ciência. Weber inicia seu ensaio reconhecendo a influência da subjetividade do cientista social:

é certo que, no campo das nossas ciências, as concepções pessoais do mundo costumam intervir ininterruptamente na argumentação científica, continuamente a confundindo e levando a avaliar de diferentes modos o peso dos argumentos científicos, inclusive na esfera do estabelecimento de relações causais simples conforme o resultado diminui ou incrementa as possibilidades dos ideais pessoais, isto é, a possibilidade de querer algo determinado (WEBER, 1979, p. 17).

Porém, com essa afirmação Weber não quer dizer que a objetividade é impossível nas ciências sociais ou mesmo que ela não é um valor a ser perseguido e alcançado:

porque é evidente que no campo das ciências sociais qualquer demonstração científica metodologicamente correta, se pretende ter alcançado a sua finalidade, deverá ser reconhecida como correta mesmo por um chinês. Melhor dizendo, deve ter este objetivo, ainda que talvez não seja possível realizá-lo completamente, devido a uma insuficiência de ordem material (WEBER, 1979, p. 23).

Weber postula, como pensava Kant, que a Razão e a Vontade humanas são duas faculdades distintas que, para o bem da objetividade, devem ser mantidas em separado:

a segunda norma fundamental da imparcialidade científica é que, em tais casos, se deve indicar claramente ao leitor (e portanto primeiro que tudo a si próprio) onde e quando acaba de falar o cientista que reflete, e onde quando começa a exprimir-se o homem dotado de vontade, quando os argumentos se dirigem ao entendimento e quando ao sentimento. O misturar constante da discussão científica dos fatos e do raciocínio axiológico, constitui uma das características mais difundidas, mas também mais perniciosas, nos trabalhos da nossa especialidade (Weber, 1979, p. 26).

Weber pensava que o cientista social (ele refere-se ao historiador) deveria exercer a atividade científica de maneira imparcial, mesmo que esta seja impossível de forma absoluta, mantendo uma nítida separação entre os seus valores e a sua reflexão científica.

Weber rejeita a concepção materialista da história como explicação causal da realidade histórica ou como concepção de mundo. Neste ponto, as divergências com os marxistas são claras e explícitas:

atualmente, a chamada 'concepção materialista da história', segundo o antigo sentido genial-primitivista do Manifesto comunista, talvez apenas subsista na mente de algum profano ou diletante. Entre esse gênero de pessoas, com efeito, encontra-se ainda muito difundido a singular idéia de que a necessidade de explicação causal de um fenômeno histórico não fica completa enquanto se não encontrar (ainda que só na aparência) a intervenção de causas econômicas. Se é este o caso, essas pessoas contentam-se de novo com a mais insustentável das hipóteses e a mais generalizada das fórmulas, posto que já se deu satisfação à sua necessidade dogmática segundo a qual as 'forças de produção' econômicas são as únicas causas 'características', 'verdadeiras' e sempre 'determinantes em última análise' (Weber, 1979, p. 41-42).

A divergência de Weber com o determinismo de alguns intérpretes do pensamento marxista consiste na possibilidade, enfatizada por Weber, de várias interpretações sobre o mesmo fato histórico, de modo que ele jamais será objetivamente conhecido. Nesta visão, o materialismo histórico seria apenas uma dentre outras interpretações e métodos possíveis:

não existe qualquer análise científica ‘objetiva’ da vida cultural, ou das ‘manifestações sociais’, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais essas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, para se tornarem no objeto da investigação, ou analisadas e organizadas relativamente ao exposto. A razão para tal deve-se ao caráter particular do objetivo do conhecimento de qualquer trabalho das ciências sociais, enquanto estas se propõem ir além de um estudo, meramente formal, das normas-legais ou convencionais- da convivência social (WEBER, 1979, p. 46-47).

O método de Weber consiste na compreensão da significação cultural dos fenômenos sociais, significado esse que é sempre fixado pela perspectiva singular e individual do historiador. Na teoria weberiana, a causalidade entre os fenômenos é estabelecida subjetivamente, de modo que o significado histórico não está nos fatos, mas nos conceitos utilizados para compreender os mesmos. Desse modo, a história é mais rica e transcende a historiografia:

aspiramos ao conhecimento de um fenômeno histórico, isto é, significativo na sua singularidade. E o que aqui existe de decisivo é o fato de só adquirir sentido lógico a idéia de um conhecimento dos fenômenos individuais mediante a premissa de que apenas uma parte finita da infinita diversidade de fenômenos possuirá uma significação. Inclusivamente, com o mais amplo conhecimento de todas as leis do devir, ficaríamos perplexos ante o problema de como é possível em geral a explicação causal de um fato individual, posto que nem sequer se pode pensar, de modo exaustivo, a mera descrição do mais ínfimo fragmento da realidade. Pois o número e a natureza das causas que determinaram qualquer acontecimento individual são sempre infinitos, e não existe nas próprias coisas critério algum que permita escolher de entre elas uma fração que possa entrar isoladamente em linha de conta (Weber, 1979, p. 56-57).

Weber pressupõe que há uma diferença entre as conexões causais dos fenômenos da natureza e as conexões entre os fenômenos históricos. No primeiro caso, uma lei, quanto mais geral e regular, mais explica objetivamente a natureza, entretanto

para o conhecimento das condições concretas dos fenômenos históricos, as leis

gerais são freqüentemente as mais falhas de valor, por serem as mais vazias de conteúdo. Isto porque quanto mais vasto é o campo abrangido pela validade de um conceito genérico - isto é, quanto maior a sua extensão, tanto mais nos afasta da riqueza da realidade, posto que, para poder abranger o que existe de comum no maior número possível de fenômenos, forçosamente deverá ser o mais abstrato e pobre de conteúdo. No campo das ciências da cultura, o conhecimento geral nunca tem valor por si próprio (WEBER, 1979, p. 60).

No caso dos fatos da história e da cultura, trata-se de conexões causais *adequadas*, e de aplicação da categoria de *possibilidade objetiva*. Em *Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura*, Weber esclarece o conceito de *causalidade adequada*:

[...] denominamos de ‘causação adequada’ os casos que correspondem a um tipo lógico no último termo e que se referem à relação de determinados complexos de ‘condições’ como um ‘resultado’ efetivo, complexos que foram concebidos como isolados e reunidos para a consideração histórica numa unidade (a ‘causação adequada’ se refere à causação daqueles elementos do resultado através destas condições). [...] falaremos de ‘causação acidental’ nos casos em que, no que diz respeito aos elementos do resultado que entram na consideração histórica, foram eficazes certos fatos que provocaram um resultado não ‘adequado’ neste sentido, com relação a um complexo de condições concebido como reunido numa unidade (WEBER, 2001, p. 207).

A *possibilidade objetiva* consiste em uma operação conceitual de escolha, em última instância condicionada pelo nosso interesse, dentre as várias possibilidades de ocorrência de acontecimentos, daquela que julgamos ser a que efetivamente está ligada causalmente a outras:

O que nós efetivamente queremos saber é o seguinte: por meio de quais operações lógicas conseguimos a compreensão e a sua fundamentação demonstrativa, da existência de uma tal relação causal entre aqueles elementos ‘essenciais’ do resultado e determinados elementos dentro da infinidade de elementos determinante (WEBER, 2001, p. 198).

O historiador deve selecionar os componentes que julga essenciais, a partir dos quais determinada realidade adquire um interesse histórico, mesmo que essa escolha implique na impossibilidade de traduzir toda a riqueza de detalhes da realidade:

A possibilidade de uma seleção entre a infinidade dos elementos determinantes está condicionada, antes de tudo, pelo tipo do nosso interesse histórico. Quando se afirma que a história deve compreender de maneira causal a realidade concreta de um acontecimento na sua individualidade, obviamente não se pretende dizer com isso, como já vimos, que ela deve explicar causalmente e reproduzir,

por completo, a totalidade das suas qualidades individuais: esta seria uma tarefa não apenas impossível, de fato, mas, também, absurda, em princípio. À história interessa exclusivamente a explicação causal daqueles elementos e aspectos do respectivo acontecimento que, sob determinados pontos de vista, adquirem uma significação geral e por causa disso, um interesse histórico, da mesma maneira que nas ponderações do juiz não entra em consideração o curso singular total do fato, mas apenas os elementos essenciais para a sua subsunção sob as normas (WEBER, 2001, p. 197).

Na concepção weberiana, o conhecimento histórico é fruto de uma operação intelectual de síntese, através da generalização e do isolamento, entre a infinidade dos fatos oferecidos pela História e o significado histórico atribuído pelo historiador aos fatos selecionados:

[...] o primeiro passo em direção ao juízo histórico e nisto queremos insistir aqui, é um processo de abstração que se dá através da análise e do isolamento conceitual dos componentes do imediatamente dado que é concebido, precisamente, como um complexo de relações causais possíveis - e que deve desembocar numa síntese da conexão causal já efetivamente real. Já este primeiro passo transforma, aliás, a realidade dada, para transformá-la em fato histórico, numa idéia mental, ou, para dizê-lo com Goethe: no fato sempre já está incluída uma teoria (Weber, 2001, p. 199).

Weber não crê que o historiador descubra uma causalidade preexistente ou implícita no curso histórico. A causalidade é sempre imputada à realidade, ela obedece o movimento do sujeito ao objeto:

[...] a formulação da conexão causal histórica não somente se serve, unicamente, da abstração nas suas duas vertentes do isolamento e da generalização, mas que o juízo histórico mais simples sobre a significação histórica de um fato concreto, longe de se constituir num mero e simples registro do previamente dado, representa, sobretudo, não somente uma formação categorialmente constituída, mas, de fato, recebe a sua validade quando juntamos à realidade dada todo o repertório do nosso saber empírico e nomológico (WEBER, 2001, p. 201).

Neste sentido, a objetividade na ciência histórica é subjetivamente construída:

Temos de deixar bem claro que, no que diz respeito a esta oposição [entre acidental e necessário], em momento algum se trata da diferença de causalidade 'objetiva' do curso dos processos históricos e das suas relações causais, mas exclusivamente do fato de que nós isolamos, através da abstração, uma parte das 'condições' previamente encontradas no 'material' dos acontecimentos e a convertemos em objeto de 'juízos de possibilidade', com a finalidade de obter deste modo, com a ajuda de regras de experiência, uma compreensão da 'signi-

ficação' causal dos elementos particulares do devir histórico. A fim de conhecer os nexos causais reais, construímos nexos irrealis (WEBER, 2001, p. 208).

O estabelecimento de regularidades entre os fenômenos da cultura não é uma *finalidade* da ciência social, mas um *meio* de conhecimento. A principal ferramenta da metodologia weberiana consiste no tipo ideal. Weber procurou conciliar o ponto de vista sempre individual do historiador sobre a realidade histórica, que seleciona os fatos mais significativos sob sua perspectiva, com a formulação mais genérica possível, de modo a abranger o maior número de casos e uma universalidade desejada. Assim, o tipo ideal concilia conceitualmente o particular e o geral, o subjetivo e o objetivo:

obtem-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia. Para a investigação histórica depara-se a tarefa de determinar, em cada caso particular, a proximidade ou afastamento entre a realidade e o quadro ideal [...] (WEBER, 1979, p. 76).

Seria mediante a construção de tipos ideais como 'artesanato', 'imperialismo', 'feudalismo', 'mercantilismo', 'cristianismo', que o historiador pode compreender estes fenômenos, comparando, por exemplo, o mercantilismo italiano do século XV como o mercantilismo holandês do século XVII e desta comparação formar um quadro conceitual homogêneo e não contraditório:

trata-se de um quadro do pensamento, que não da realidade histórica, e muito menos da realidade autêntica, e não serve de esquema no qual se pudesse incluir a realidade à maneira de exemplar. Tem antes o significado de um conceito limite puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada. Tais conceitos são imagens sobre as quais construímos relações, pela utilização da categoria da possibilidade objetiva, que a nossa imaginação, formada e orientada segunda a realidade, julga adequadas (WEBER, 1979, p. 81).

Weber conclui o seu ensaio afirmando a própria historicidade das ciências sociais, negando para elas um determinismo ou uniformidade

conceituais, ou que o tempo é a medida de sua evolução e de sua maturidade rumo a uma grande ciência social definitiva, capaz de previsões futuras:

assim, a história das ciências da vida social é e continuará a ser uma alternância constante do intuito de ordenar teoricamente os fatos mediante uma construção de conceitos pela decomposição dos quadros mentais obtidos graças a uma ampliação e deslocação (sic) do horizonte científico - e da construção de novos conceitos sobre a base assim modificada. Nisto de modo algum se expressa o caráter errôneo da intenção de criar em geral sistemas conceituais, pois qualquer ciência inclusivamente a simples história descritiva trabalha com a provisão de conceitos da sua época. Antes se exprime aqui o fato de que, nas ciências da cultura humana, a construção de conceitos depende do modo de propor os problemas, e de que este último varia de acordo com o conteúdo da civilização (WEBER, 1979, p. 100).

O sentido da objetividade para Weber consiste no esforço da compreensão humana em ordenar o caótico e infinito fluxo dos acontecimentos históricos, através da elaboração de conceitos que abarcam uma parcela finita e limitada da realidade. A objetividade é ela mesma um valor entre outros, e nada pode decidir objetivamente que o seu valor é superior a outros. O valor da verdade científica consiste em formular uma ordem conceitual sobre a desordem factual. Deste modo, para Weber a atividade científica é fruto do esforço humano em compreender e dar um sentido à realidade que cerca o homem:

chegamos ao final da nossa discussão, que teve como único propósito o de destacar a linha quase imperceptível que separa a ciência da crença, e o de pôr a descoberto o sentido do esforço do conhecimento na ordem social e econômica. A validade objetiva de todo o saber empírico baseia-se única e exclusivamente no fato de a realidade dada se ordenar segundo categorias subjetivas, no sentido específico de constituírem a pressuposição do nosso conhecimento e de se ligarem à pressuposição do valor da verdade que só o saber empírico nos pode proporcionar. Com os meios da nossa ciência, nada podemos oferecer àquele que considere que essa verdade não tem valor, dado que a crença no valor da verdade científica é produto de determinadas civilizações e não um dado da natureza. Mas o certo é que buscará em vão outra verdade que substitua a ciência naquilo que só ela pode fornecer, isto é, conceitos e juízos que não constituem a realidade empírica nem podem reproduzi-la, mas que permitem ordená-la pelo pensamento de modo válido. [...] A realidade irracional da vida e o seu conteúdo de significações possíveis são inesgotáveis, e também a estrutura concreta da relação dos valores se mantém flutuante, submetida às variações do obscuro futuro da cultura humana. A luz propagada por essas idéias de valor supremas ilumina, de cada vez, uma parte finita e continuamente modificada do caótico curso de acontecimentos que flui através do tempo (WEBER, 1979, p. 108-109).

3 Aproximações e diferenças entre Durkheim e Weber

Da exposição sumária da teoria de Durkheim e Weber sobre a objetividade das ciências sociais, podemos colocá-las lado a lado, a fim de percebermos os contrastes, a diferenças e os paralelismos presentes nessa comparação.

Em ambos verifica-se a preocupação de distinguir o que significa a relação de causalidade aplicada ao entendimento da sociedade e da história. Algumas semelhanças são nítidas entre as duas teorias: há o reconhecimento comum de que a realidade social transcende a linguagem das ciências sociais. Por mais que o cientista social tenha a intenção de esgotar o seu objeto de estudo, tal tarefa terá por destino sempre a sua realização parcial. Durkheim afirma:

a vida social é uma sucessão ininterrupta de transformações, paralelas a outras transformações nas condições da existência coletiva; e não temos apenas à nossa disposição as que se referem a uma época recente, pois um grande número daquelas por que passaram os povos desaparecidos chegou até nós. Apesar de suas lacunas, a história da humanidade é muito mais clara e completa que a das espécies de animais (DURKHEIM, 1983, p. 154-155).

Durkheim referia-se à riqueza do material de estudo que a sociedade oferece ao sociólogo e à sua observação. Posição semelhante pode ser encontrada em Weber, ao postular que a ciência social atribui significação apenas a uma parte finita de uma infinita diversidade de fenômenos e que o número e a natureza das causas que determinaram um acontecimento individual são igualmente infinitos.

Durkheim parte do pressuposto de que a maturidade científica da Sociologia depende da elaboração tanto de um método como de um objeto próprio. A objetividade é um pressuposto da ciência sociológica e Durkheim não duvida que a causalidade não seja um princípio necessário à regulação dos fatos sociais. Sua crença é de que o princípio da causalidade é provado, de forma progressiva, do mundo físico-químico ao mundo biológico, deste ao mundo psicológico, e, em sua época, acreditava que a progressão deveria atingir o mundo social.

Em relação à história, Durkheim não parece considerar este componente em sua formulação. Sua abordagem pretende descrever antes os sistemas, que variam dos mais simples aos mais complexos, pois subentende que as sociedades evoluam segundo graus de complexidade, e o desvio da evolução é entendido como anomia, uma perturbação da solidariedade orgânica. Neste ponto a influência da visão de progresso social de Comte é explícita.

Weber não descarta a objetividade nas ciências sociais, mas ela figura mais como um objetivo difícil de ser alcançado, face o seu caráter problemático no contexto dessas ciências, onde a subjetividade do sujeito joga um papel decisivo, desde a escolha do objeto de estudo e da atribuição de significado a ele. Weber, através do conceito de tipo ideal, procurou sintetizar as dualidades inerentes às ciências sociais, conciliando um conceito que é ao mesmo tempo ideal, puro, mas que deve ser ilustrado por séries de exemplos, tirados de diferentes épocas históricas, e que servem ao mesmo tempo à ótica particular do cientista e à generalidade das explicações, exigida por qualquer ciência. A causalidade em Weber é conceitual e categorial, é um sentido construído pelo historiador e que é imputado à realidade histórica. Durkheim concebe a causalidade como um princípio inerente à realidade social, mas que depende, para ser reconhecida, de um método a ser manejado pelo sociólogo.

Em relação à historicidade da ciência social, Weber admite que os problemas a serem estudados mudam com o tempo, e cada época histórica seleciona os problemas que lhe são significativos. Durkheim, ao contrário, supõe que a sociedade evolua e espera que a maturidade seja o que tornará a Sociologia um saber científico e definitivo.

Podemos concluir, em linhas gerais, que a ciência social para Durkheim somente é ciência porque parte da objetividade dos fatos sociais como coisas e, em última instância, elimina o sujeito. Weber o preserva, porque a objetividade é uma construção subjetiva, que atribui um significado, nunca puramente objetivo, aos fatos históricos e sociais.

OBJECTIVITY AND SUBJECTIVITY IN LAW AND SOCIAL SCIENCES: DURKHEIM AND WEBER

Abstract: The nineteenth century social sciences' birth was marked by the reflection on the specific method that these sciences should follow and at the same time, by the concern to give the autonomous meaning a casual relations between social facts' causal relationships and the natural ones. Durkheim intended, writing "The rules of sociological method", to found Sociology as a science, providing it a proper sociological method so that it could gain independence and objectivity in relation to philosophy and to political discussion on social issues. The methodological formulations of Weber on social sciences are scattered in various parts of his articles and works, but we cannot deny that he had developed an original method, the comprehensive approach, which attended the demands of his more

general ideas, such as the interpretation of the history of bureaucracy and rationality in Western culture. We expose the methodological thought of Durkheim, after Weber's, and we conclude developing a comparative balance between the views of these classical authors, which are fundamental to understanding the methodology of legal and social sciences

Keywords: Legal and social sciences. Social science's methodology. Sociological method. Comprehensive method.

REFERÊNCIAS

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Col. Pensadores. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 1. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

WEBER, Max. **A objectividade do conhecimento nas ciências e na política sociais**. 3ª ed. Lisboa: Ed. Presença, 1979.

☰ Artigo recebido mediante convite